

# Intervenção externa, reflexos locais: interesses estadunidenses na reconfiguração geopolítica do conflito colombiano

Luciano Alexandrino dos Santos Junior\*

## Introdução

Após décadas de negociações e tentativas de um acordo de paz fracassado, o governo nacional da Colômbia finalmente concretizou um acordo final em 2016 liderado pelo então mandatário Juan Manoel Santos (2010-2018) entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) e o Estado. Para compreender este complexo conflito e o posterior processo de paz são necessários retomar às suas origens e o contexto nacional e internacional em que ocorreram, estabelecendo ponderações tanto conceituais como epistemológicas das origens do conflito, identificando a importância de cada um dos atores nele presente e examinando as motivações tanto para o conflito como para a paz negociada.

O período que abrangeu e acirrou o conflito colombiano foi a Guerra Fria (1945-1991), marcada por uma disputa ideológica bipolar entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que dividiu o mundo em dois grandes blocos ideológicos, o capitalista e o socialista/comunista (KEOHANE; NYE, 2008). Apesar de não ter havido conflito armado direto entre as potências, essa disputa refletiu notadamente nos países em desenvolvimento, em especial na América Latina. Nesse período surgiram também muitos movimentos extremistas revolucionários representados pelas duas ideologias. Nesse sentido, observa-se a forte presença estadunidense continental cada vez mais significativa para consolidar sua ideologia e influência, apoiando financeiramente os regimes e políticos que defendiam seus interesses para “vencer” a ideologia socialista e a ascensão de grupos de esquerda (BORBA, 2010).

---

\* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Membro da rede de pesquisadores em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS).

E-mail: luciano.alexandrinojr@gmail.com

Dessa forma, o questionamento que norteia este estudo resume-se na seguinte indagação: “Quais os interesses externos no conflito histórico colombiano?”. A resposta para tal dubiedade não é inconcebível, tampouco simples, porém forneceu uma profunda base exploratória para este estudo, que perpassa e abrange diversas dimensões do conflito até as negociações de paz, discorrendo sobre seus acertos, equívocos, características e efeitos na política colombiana da ingerência dos Estados Unidos da América na geopolítica do conflito colombiano.

## Breve histórico do conflito entre FARC e Estado

Como agravantes para o surgimento da FARC enquanto movimento revolucionário, no nível internacional destaca-se também a revolução Cubana (1956) que contribuiu para o fortalecimento e aspiração das FARC contra o governo e contra a subserviência do país à intervenção externa (COSOY, 2016). O fortalecimento das FARC não está somente relacionado com a conjuntura internacional, mas também ao conturbado cenário político interno do país que sempre foi tomado por oligarquias que não cediam nenhum espaço de inclusão a quaisquer outras classes que não fosse as pertencentes ao partido Liberal ou Conservador. Ademais, por ser caracterizada como uma política externa de alinhamento pragmático com os EUA (GUÁQUETA, 2006) a Colômbia foi um dos poucos países em que não houve uma ditadura civil-militar direta, ao contrário do que ocorreu nos demais países da América Latina, como o Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil.

Em muitos países da América Latina a desigualdade social, corrupção e acumulação de riquezas têm origens desde seus processos de independência (GALEANO, 2000). Na Colômbia, desde 1819, dois grupos dominaram a política nacional, sendo eles os conservadores que se originaram dos grandes proprietários de terra, herdeiros do regime colonial e os liberais, representados pela burguesia (SILVEIRA, 2014). Estes dois grupos se intercalaram no poder político e econômico com alguns momentos de coalizão e outros de conflitos de interesses. Dessa maneira, a origem do grupo guerrilheiro também se remete à insatisfação das pessoas e principalmente de camponeses pela tomada de poder dos liberais e conservadores. Um importante fato que antecede sua criação oficial aconteceu em 1928, que ficou denominado como o “massacre dos bananeiros” em que trabalhadores da companhia estadunidense *United Fruit Company*, em Barrancabermeja, estabeleceram uma greve para demandar melhores condições de trabalho e foram brutalmente reprimidos (SILVEIRA, 2014).

Diante da ameaça dos Estados Unidos de intervir diretamente no país, caso o governo colombiano não atuasse em defesa dos interesses da empresa, o então presidente conservador Miguel Abadía Méndez (1926-1930) ordenou a repressão militar aos trabalhadores colocando fim na greve e iniciando um massacre contra a classe trabalhadora (LOZANO, 2006; OSPINA, 2010). O dirigente do partido liberal Jorge Eliécer Gaitán se tornou uma figura de grande importância no ano de 1940, sua postura de preocupação sobre as oligarquias afirmando que “o povo não tem dois partidos, mas sim está dividido em dois” (OSPINA, 2010, p. 61) referindo-se a que ambos partidos, o conservador e o liberal se opõem aos interesses nacionais e da população.

Nesse emblemático contexto, Gaitán, candidato à presidência foi assassinado em nove de abril de 1948. A versão oficial do governo e da opinião pública acusa os comunistas e, como prova de sua veracidade, rompe relações diplomáticas com a União Soviética (SILVEIRA, 2014). Com a morte do parlamentar, o povo se rebela, ataca símbolos do poder e em todo o país ocorrem revoltas populares. Com o temor de que poderia haver uma grande revolução popular, os liberais se unem aos conservadores na figura do presidente, assim como as forças armadas e a igreja católica, para solucionarem o caótico cenário de instabilidade do país.

Segundo Silveira (2014) a elite colombiana, ou seja, os grandes proprietários de terra, empresários e burgueses vinculados aos grupos estratégicos da economia foram percebendo que nenhum dos partidos conseguia acalmar a população e reprimir os movimentos armados e por isso começaram a colocar suas expectativas nas forças armadas. Então, em 1953, o general Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957) assumiu o poder por um golpe apoiado pelos grupos da elite colombiana.

Contrário ao que se esperava Rojas Pinilla propôs aos grupos armados que esses abandonassem pacificamente as armas, concedendo anistia a todos e a proteção das forças armadas para sua inserção social. Com isso, os interesses da oligarquia não estavam sendo correspondidos e esses trataram de tirar do poder quem eles mesmos haviam colocado. Conservadores e Liberais vinculados à oligarquia, com o apoio da Igreja se coligaram ao “Frente Nacional” derrubando Pinilla do poder e formulando um discurso ideal de que estavam fazendo com que a Colômbia “retomasse” ao caminho democrático (SILVEIRA, 2014).

Como estratégias para adentrar no mundo político surgiram movimentos insurgentes como as FARC, o Movimento 19 de Abril (M-19), o Exército de Liberação Nacional (ELN), entre outros, insatisfeitos com o cenário nacional e convictos de que a

única maneira de mudar tal conjuntura seria com as armas, ou em outras palavras, a revolução. Assim, como expõe Silveira (2014), por outro lado, ao longo das décadas, pela incapacidade do governo de combater as ações criminosas de tais grupos como sequestros e ligação com o narcotráfico surgiram também movimentos de extrema direita, os paramilitares, como o Grupo Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), possuíam conhecimento técnico militar e objetivavam combater as guerrilhas de esquerda fazendo “justiça com as próprias mãos” (SILVEIRA, 2014, p. 29), o que intensificou e dificultou ainda mais o conflito.

Os primeiros indícios de negociação de paz do governo com as forças insurgentes começaram em 1980 (ANTUNES, 2018). Nesta época, um dos acordos seria a formação de um partido político, a União Patriótica (UP) que posteriormente viria a fracassar na tentativa de representá-los oficialmente (SILVEIRA, 2014). O governo justificou o fracasso culpando a guerrilha de usar essa tentativa de firmar a paz para se fortalecer militarmente. Em contrapartida não só o M-19 como as outras guerrilhas acusavam a ineficiência do governo de reintegrar os ex-guerrilheiros na sociedade e de protegê-los, pois, após a dissolução da guerrilha M-19, os ex-combatentes foram perseguidos e mortos. Esse fato marcou uma profunda desconfiança em qualquer outra iniciativa de acordo para a paz.

De acordo com Antunes (2018) a segunda tentativa de negociação de paz ocorreu em 1998. O presidente Andrés Pastrana (1998-2002) destinou à guerrilha uma área desmilitarizada ao sul do país para iniciar o fim dos combates armados, mas tal iniciativa não funcionou devido a negativa do governo para a liberação de guerrilheiros das FARC ao narcotráfico e à pressão exterior, principalmente dos Estados Unidos da América (EUA). Seus desdobramentos impediram a consecução da paz nacional.

Anos mais tarde, baseado nos insucessos de acordos anteriores e com uma nova postura securitária, o governo de Álvaro Uribe (2002-2010) impôs uma política de forte enfrentamento armado direto, com isso, as forças militares das FARC diminuíram consideravelmente e as ações do governo, mesmo que violentas satisfizeram a vontade popular (SILVEIRA, 2014; COSOY, 2016). Após o onze de setembro de 2001 ressurgiu o conceito de “terrorismo” nas Relações Internacionais, definição que se enquadrou aos membros das FARC. Portanto, a partir do entendimento de que as FARC eram um grupo terrorista, nota-se a perda de parte do apoio popular e intelectual, chamando a atenção da comunidade internacional, sobretudo com a repercussão dos sequestros e assassinatos noticiados na imprensa, acompanhando o movimento de campanha antiterrorista mundial liderada pelos EUA.

## Internacionalização do conflito e a influência dos EUA

Por muito tempo a diplomacia colombiana adotou como estratégia não tratar do conflito armado no plano internacional, passando a imagem de que este era um problema interno que demandava uma solução doméstica, possível de ser resolvido sem assistência de outros países ou atores internacionais, de modo que o conflito armado não se inserisse na agenda da política externa (OSPINA, 2010), pelo contrário, era omitida.

Um dos principais problemas que apareceu desde o início dos anos setenta foi a emergência do narcotráfico como principal patrocinador do conflito, que antes era financiado somente com o apoio popular e por meio de extorsões e sequestros (COSOY, 2016). Com isso, o governo colombiano começou a criar um novo discurso, de que o resto do mundo deveria ajudar a resolver a situação, já que todos os países consumidores de cocaína seriam corresponsáveis por financiar o narcotráfico e eram atingidos por ele. Dessa forma, a partir desse momento, o tema do narcotráfico nos governos Uribe (2002-2010) se volta para a política externa colombiana.

De acordo com Santos (2010) o governo de Marco Fidel Suarez (1818-1922) estabeleceu a doutrina de *Respice Polum*, segundo a qual a diplomacia colombiana deveria adotar uma “alienação incondicional as diretrizes estadunidenses na matéria de política externa” (SANTOS, 2010, p. 30) com a convicção de que, além de pertencer a sociedade da esfera de influência da estrela polar do Norte, a Colômbia poderia ter um grande proveito dessa associação. Essa doutrina se converteu no marco ideológico que transformou o país no principal associado norte-americano na América do Sul durante o século XX e XXI.

Como exemplos da afirmação anterior cita-se a participação de tropas colombianas na Guerra das Coréias (1950-1951); o apoio à expulsão de Cuba da OEA em 1962; a participação do país em qualidade de observador das eleições salvadorenhas de 1982; o envio de tropas à Península do Sinai para ajudar na garantia dos acordos de Camp David sobre a paz no Oriente Médio; a permissão para que os EUA instalassem radares em San Andrés, com o objetivo de monitorar o governo sandinista em Nicarágua; o não apoio na questão das Malvinas, entre outros.

Apesar dos exemplos de alinhamento pragmático descritos anteriormente, em alguns momentos da política externa colombiana, realizaram-se tentativas de distanciamento e autonomia com relação aos Estados Unidos quando o país apoiou o Panamá na assinatura do acordo Carter-Torrijos, que dava o controle do canal

interoceânico; reestabeleceu as relações diplomáticas com Cuba em 1975; e, avançou nas negociações do Pacto Andino, tendo como ápice assumir a presidência do Movimento dos Países Não Aliados. Todavia, essa política chocou-se com uma diplomacia frágil e retrocedeu em diversos momentos diante de temas econômicos, nos quais o poder dos EUA e dos organismos financeiros internacionais impulsionou duras limitações (SANTOS, 2010).

O tema do combate às drogas, assunto de alcance internacional a partir dos anos oitenta, contribuiu decisivamente com a “internacionalização” das questões internas colombianas, condicionando as possibilidades e estabelecendo limites a uma política externa de caráter mais autônomo. Ademais, o evento de 11 de setembro de 2001, quando as Torres do *World Trade Center* em Nova Iorque foram derrubadas em um atentado terrorista, além de afetar todo o Sistema Internacional (PECEQUILO, 2012) também impactou no cenário doméstico profundamente em suas percepções de segurança interna.

Neste contexto, o governo colombiano passou a buscar apoio estadunidense para enfrentar militarmente as guerrilhas e eliminar o perigo do “terrorismo” em solo colombiano de uma vez por todas. Desde as primeiras tentativas de acordo de paz, surgiu a ideia da criação de um “Plano Colômbia” que seria um conjunto de ações internas e apoio externo para acabar com a guerra entre o governo e insurgentes (SILVEIRA, 2014). Com isso, surge um pacote de medidas para enfrentamento da guerrilha, oferecido pelos EUA, denominado Plano Colômbia. Para Tickner (2007) os objetivos do Plano Colômbia inicialmente, tinham a intenção de internacionalizar a paz para desinternacionalizar o conflito, ou seja, captar recursos de outros governos e organismos multilaterais para fortalecer o Estado e desenvolver a economia. Porém, a comunidade internacional se manteve neutra e não se interessou em financiar tal plano (EL TIEMPO, 2016). Com isso, o governo buscou os EUA, de que era sócio histórico a fim de construir uma aliança tática para a solução de seu problema doméstico, e este por sua vez, viu essa oportunidade como ímpar para expandir sua atuação no país (SILVEIRA, 2014).

Figura 1- Manifestação das FARC contra o Plano Colômbia



Fonte: EL TIEMPO (2016).

O Plano Colômbia começou oficialmente em 2002, no governo Uribe, sua estrutura remonta-se aos governos de Andrés Pastrana (1998-2002), na Colômbia, e Bill Clinton (1993-2001), nos EUA, devido ao narcotráfico e posteriormente o terrorismo nesse período já era considerado um assunto internacional. Depois que o Plano Colômbia foi apresentado para os EUA, foi totalmente remodelado e submetido à aprovação do Congresso norte-americano. Logo após sua aprovação foi amplamente divulgado na comunidade internacional. Contudo, este sofreu muito repúdio, sendo o primeiro deles partindo da própria União Europeia devido ao seu marcante conteúdo militar. Para averiguar tal afirmação bastava atentar-se a distribuição da destinação dos recursos, em que previa que 85% fosse destinado ao fortalecimento do aparato bélico (SILVEIRA, 2014).

O Plano teria uma duração de três anos, começando em 2002 e finalizando em 2005. Seu monto de inversão estava estipulado em 7.500 milhões de dólares, os quais seriam advindos do governo dos Estados Unidos, sendo que 1.300 milhões se destinaria a determinada quantia ao Equador e o resto através de financiamento externo. O governo colombiano deveria aplicar quatro milhões, sendo que 80% dos recursos viria desse financiamento externo e os 20% viria do ajuste fiscal e de impostos de baixo controle do Fundo Monetário Internacional (SILVEIRA, 2014).

Durante seus dois mandatos, Álvaro Uribe (2002-2010) logrou obter o interesse dos EUA inserindo o conflito interno dentro da lógica do terrorismo, ou seja, a crise colombiana foi mostrada como a maior ameaça terrorista latino-americana (PAGLIARI, 2006). O governo de Uribe definiu e programou uma política de segurança que negava a existência de um conflito armado interno (bem como a natureza política dos grupos guerrilheiros) classificando tal conflito como um cenário de atividades narcoterroristas. Este discurso levou a um nível mais alto de interferência internacional, principalmente dos EUA, caracterizando uma vez mais o fenômeno da intervenção por convite (TICKNER, 2007).

Pagliari (2006) infere ainda que o Plano Colômbia transcendeu as fronteiras nacionais acarretando em tensões nas nações vizinhas, de um conflito interno, a guerra histórica entre grupos insurgentes e o Estado nacional se converteu em um problema regional, devido à equivocada condução do Plano, gerando instabilidade e problemas diplomáticos entre os países envolvidos no conflito. As FARC viram na adoção à esse plano como uma violação da soberania do Estado colombiano alegando ser subservientes aos interesses estadunidenses.

Observa-se que o EUA se beneficiava da militarização do conflito e coube as FARC denunciar tal abuso, mas foram ignorados externamente devido à falta de legitimidade do movimento perante a maioria da comunidade internacional, alinhados aos Estados Unidos. Ao longo da aplicação do Plano Colômbia, como aponta Silveira (2014), é notável os benefícios estadunidenses no conflito armado, com a atuação de empresas privadas militares para treinar a força na nacional colombiana, os chamados “mercenários de aluguel” (SILVEIRA, 2014, p. 31), empresas privadas de diversos setores e serviços nas áreas desmilitarizadas pela guerrilha no norte do país, a compra de aeronaves e equipamentos fornecidos por agências estatais e de inteligência estadunidense. Em relação a isso o autor afirma:

A mais importante Companhia Militar Privada (CMP) norte-americana a atuar na Colômbia a partir da criação do Plano Colômbia foi a Northrop Grumman Corporation. Segundo fontes oficiais, a primeira iniciativa do governo colombiano ao receber o dinheiro que deveria ser utilizado no combate ao narcotráfico foi comprar do Pentágono um sofisticado avião RC - 7, avaliado em US\$ 30 milhões, e emprestá-lo a Northrop para que realizasse o trabalho de espionagem na fronteira entre o país e o Equador, região dominada pelas Farc-EP. A pesar de desde 1990 haverem mercenários de CMP em território colombiano, com o Plano Colômbia foram contratados por elas quatrocentos ex-militares estadunidenses para atuarem no “combate ao narcotráfico” (SILVEIRA, 2014, p. 31).

Para Silveira (2014), essa intensa militarização estimulada pelo Plano Colômbia também teve como objetivo garantir a segurança e os interesses econômicos de grandes corporações dos EUA presentes no solo colombiano. Sob esse aspecto, as atividades das companhias petrolíferas norte-americanas na região durante o conflito armado assumem grande relevância, as corporações identificadas são diversas:

OXY, Texaco, Harken, Chevron, BP-Amoco, Reliant, Eron, Global, Halliburton. Estudos da Associação Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ), com sede em Washington, revelaram que a aprovação do Plano Colômbia pelo Congresso norte-americano ocorreu mediante um pesado lobby de empresas petrolíferas interessadas nas reservas colombianas e na segurança de seus negócios no país. Segundo a investigação, entre 1995 e 2000, essas companhias investiram US\$ 92 milhões em lobby para a aprovação do projeto (SILVEIRA, 2014, p. 32).

A execução do Plano Colômbia esteve relacionada com o combate, perseguição e monitoramento da guerrilha ao invés de combater de forma efetiva o narcotráfico, objetivo explícito do Plano. Com essa militarização notou-se o recuo das forças armadas guerrilheiras, mas aumentou os níveis de violência em todo o país. Sobre interesses externos no conflito e no processo de paz Juan Manoel Santos enfatiza:

Havia muita gente que estava interessada em que a guerra não terminasse; gente que vive da guerra, narcotraficantes, vendedores de armas. Também do ponto de vista político há muitas pessoas que preferem estar em um ambiente de conflito, porque são especialistas em manipular os medos, em manipular os ódios. Estamos vendo isso não só na Colômbia, mas no mundo inteiro. Havia muita gente que não estava de acordo, por diferentes razões e diferentes interesses, com que se acabasse com essa guerra (EL PAIS, 2018, p. 5).

Dessa forma, torna-se evidente os interesses estadunidenses na militarização do conflito, fazendo da Colômbia o principal país com um conflito interno privatizado pelo mundo, atrás somente do Iraque, o que impactou na geopolítica do conflito colombiano, com seus efeitos repercutindo internacionalmente (OSPINA, 2010).

## Considerações Finais

O presente estudo buscou analisar interesses e intervenções externas, especificamente dos Estados Unidos, no conflito armado colombiano entre as FARC e o Estado. Com base no aprofundamento bibliográfico sobre o conflito e surgimento das FARC conclui-se que o conflito surgiu de um descontentamento popular pela

ineficiência do Estado em atuar em áreas afastadas e na formulação de políticas públicas que abarquem todos os segmentos sociais e foi também influenciado pelo contexto internacional da Guerra Fria.

Muitas pessoas, grupos políticos e até países possuíam algum interesse e influência tanto no conflito armado como no processo de paz. Com a internacionalização do tema, identificou-se que o narcotráfico era um dos principais financiadores da guerrilha e conseqüentemente do conflito, seu fortalecimento afetou diversos países, entre eles os Estados Unidos da América, parceiro histórico da Colômbia. Nesse sentido, os EUA passaram a se relacionar diretamente com o conflito, sendo o principal apoiador da criação do “Plano Colômbia”, que reuniu armas e financiamento de diversos países para combater o narcotráfico.

Observou-se que, em contrapartida ao apoio estadunidense através do Plano Colômbia, o país norte-americano se beneficiou do plano ao vender equipamentos e serviços de guerra, além de abrir o mercado para empresas privadas atuarem no país. Entretanto, mesmo com tanto enfrentamento bélico, o plano não foi capaz de terminar com o conflito.

## Referências

ANTUNES, D. F. B. **Capacidades para a Paz**: Estudo Comparativo dos processos de paz entre o governo colombiano e as FARC nas gestões Andrés Pastrana (1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2016). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BORBA, P.S. **Drogas ilegais, Crime organizado e insegurança no México**: Uma reflexão crítica a partir da experiência colombiana. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COLÔMBIA. **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de Una Paz Estable y Duradera**. Bogotá, 24 nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/YbUAIk>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

COSOY, N. ¿Por qué empezó y qué pasó en la guerra de más de 50 años que desangró a Colombia?. **BBC Mundo**, Bogotá, 24 ago. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/3MIfdV>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

EL PAIS. **Entrevista com Juan Manuel Santos sobre seu novo livro La Batalla por la Paz**. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/11/internacional/1531279032\\_580973.htm](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/11/internacional/1531279032_580973.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

EL TIEMPO. **Plan Colombia**: la estrategia que cambió la ecuación de la guerra. 2016. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-16496225>>. Acesso em: 29 set. 2019.

*Geopolítica e Integração Regional na América Latina*

Intervenção externa, reflexos locais: interesses estadunidenses na reconfiguração geopolítica do conflito colombiano

DOI: 10.23899/9786589284109.54

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GUÁQUETA, A. Transformación y efectos de la cooperación antidrogas entre Colombia y Estados Unidos (1970-2000). In: CAMACHO GUIZADO, Á. (Org.). **Narcotráfico**: Europa, EEUU, América Latina. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2006. p. 185-225.

KEOHANE, R. NYE, J. Power and Interdependence. In: BETTS, R. **Conflict After the Cold War**. Nova York: Pearson, 2008.

LOZANO, C. G. **¿Guerra o paz en Colombia?** Cincuenta años de un conflicto sin solución. Bogotá: Izquierda Viva, 2006.

OSPINA, H. C. **O terrorismo de Estado na Colômbia**. Florianópolis: Insular, 2010.

PAGLIARI, G. C. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 1, p. 26-42, 2006.

PECEQUILO, C. S. **Política Externa dos Estados Unidos da América**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTOS, M. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 67-88, 2010.

SILVEIRA, W. A. **As FARC-EP, o Plano Colômbia e seus desdobramentos nas Relações Internacionais**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TICKNER, A. B. Intervención por Invitación: Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. **Colombia Internacional**, n. 65, p. 90-111, 2007.